

Perigo é o choque não "pegar"

ROLF KUNTZ

Economistas do governo se assustam tanto quanto os empresários, e talvez mais, diante da idéia de um novo choque antes da eleição presidencial. Se um pacote de emergência for baixado em agosto ou setembro e o congelamento não "pegar", o País correrá o risco de ficar desgovernado, avalia Fábio Giambiagi, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipea), subordinado à Secretaria do Planejamento.

Algo semelhante aconteceu na Argentina, lembra o economista. Um congelamento foi determinado no começo de maio e ninguém acreditou. O perigo, porém, era menor, pois já se conhecia o nome do novo presidente à meia-noite do dia 14.

O próximo governo, segundo Giambiagi, dificilmente conseguirá dispensar um choque, mas, até março, é bom tentar evitá-lo. Ainda se pode esperar,

segundo ele, uma saída semelhante à do Plano Bresser, com inflação em alta nos próximos meses mas também com regras de reajustes conhecidas e alguma ordem na economia. Na atual administração, argumenta o economista dificilmente alguém tomará a iniciativa de um congelamento antes da eleição, a não ser que a inflação bata nos 40% lá por agosto ou setembro. "Quem daria o choque em agosto?", pergunta Giambiagi. "Desconfio que não será o ministro Mailson", responde ele mesmo. Mas também, acrescenta, que equipe de economistas iria a Brasília para isso? Na Argentina, lembra ele, pelo menos um homem se especializou em ser ministro da Economia em situações de fim de festa — e já assumiu o cargo três vezes. Ele não mencionou o nome. Trata-se do atual ministro Juan Carlos Pugliese, autor do mais recente pacote do governo argentino.

PEDIR COM CUIDADO

Ostentando mais otimismo que Giambiagi, Luciano Coutinho, professor da Unicamp e assessor econômico do PMDB, admite a possibilidade de estabilizar-se a inflação na altura de 15% ao mês, se o governo se dispuser a negociar com empresários e trabalhadores e se eles aceitarem moderar suas reivindicações de preços e de salários. Esse foi um dos pontos centrais de acordo entre os economistas participantes, ontem, do lançamento da Carta de Conjuntura Mensal do Conselho Regional de Economia de São Paulo. Não se trata, segundo Coutinho, de tentar um amplo acordo com muitos participantes, mas de fixar, por uma série de entendimentos setoriais, uma escala mais ou menos ordenada de reajustes. Para iniciar essa política, no entanto, o governo terá de dispor, com urgência de uma política salarial definida.

Com demandas salariais de 80% — ou mesmo de 45%, como a pretendida, recentemente, por metalúrgicos do ABC —, não se estabiliza nenhum sistema de preços, diz o economista do PMDB. "Acho que existe clima social para um entendimento", diz Coutinho.

O debate esteve longe da clareza em certos momentos. Giambiagi e Geraldo Gardenalli falaram em desequilíbrio de preços relativos — mas um se referia ao atraso dos preços industriais, outro à defasagem dos preços agrícolas. Luciano Coutinho admitiu, em certo momento, que um forte desaquecimento da economia tornaria mais fácil a administração de preços e de salários. Pouco depois, já de outra perspectiva, defendeu a recomposição dos preços e das tarifas do setor público — mesmo ao custo de uma inflação pouco maior — para permitir algum investimento do governo.